



Processo 21.006-4/2016
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Regulamenta o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e revoga a Resolução Normativa nº 22/2015 - TP
Relator Nato Conselheiro Presidente ANTONIO JOAQUIM
Sessão de Julgamento 13-12-2016 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 38/2016 – TP

Regulamenta o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e revoga a Resolução Normativa nº 22/2015 - TP.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal e artigo 47 da Constituição Estadual;

Considerando a necessidade de revisão da Resolução Normativa nº 22/2015, de forma a ajustar ao novo modelo de Gestão por Processos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; e,

Com fundamento na seguinte legislação: Lei Federal nº 4.320/64, em seus artigos 76 a 80, que tratam do controle interno; Lei Complementar Estadual nº 295/07, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Controle Interno do Estado de Mato Grosso; artigos 161 e 162 da Resolução Normativa nº 14/2007 – Regimento Interno do Tribunal de Contas;

RESOLVE:

CAPÍTULO I **DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Art. 1º A regulamentação do Sistema de Controle Interno - SCI do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso obedecerá ao disposto nesta Resolução.



Art. 2º O Sistema de Controle Interno do TCE – MT é exercido pelo somatório das atividades de controle realizadas no dia-a-dia em toda a organização para assegurar a salvaguarda dos ativos, a eficiência e eficácia operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares.

§ 1º O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas abrange o Ministério Público de Contas de Mato Grosso.

§ 2º A unidade responsável pelo Sistema de Controle Interno no Tribunal de Contas é a Secretaria do Sistema de Controle Interno, vinculada diretamente à Presidência.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º No exercício do controle interno, o Ministério Público de Contas e as unidades da estrutura organizacional do TCE-MT têm as seguintes responsabilidades:

I - exercer o controle, por meio dos diversos níveis de chefia, visando ao cumprimento dos programas, objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico e operacional do Ministério Público de Contas e do Tribunal e à observância da legislação e das normas que orientam suas atividades específicas;

II - manter registro de suas operações e adotar manuais e fluxogramas para espelhar as rotinas de procedimentos que consubstanciam suas atividades;

III - manter atualizada a padronização dos processos de trabalho de sua área de atuação;

IV - disponibilizar à Unidade de Controle Interno, informações, documentos, acesso a sistemas e banco de dados informatizados, além de outros elementos que forem solicitados, para desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Unidade de Controle Interno:

I - realizar auditorias internas;

II - realizar avaliações do Sistema de Controle Interno;



III - orientar a administração, de forma preventiva e corretiva, quanto aos procedimentos de controle interno na condução de sua gestão;

IV - coordenar a modelagem dos processos da área meio;

V - coordenar a criação de modelos, diagramas e o desenho do fluxo de processos da área meio;

VI - orientar os responsáveis pelos processos da área meio quanto à realização dos trabalhos de modelagem;

VII - coordenar e apoiar a elaboração ou a atualização dos Manuais de Normas e Processos que descrevem os fluxos dos processos da área meio;

VIII - coordenar a elaboração dos indicadores de desempenho para cada processo da área meio;

IX - emitir parecer sobre as Contas Anuais prestadas pelo Presidente;

X - acompanhar os procedimentos licitatórios, as aposentadorias e pensões, as prestações de contas de adiantamentos, a execução orçamentária e financeira e a gestão fiscal;

XI - elaborar o Manual de Normas e Processos da Unidade de Controle Interno.

Art. 5º Compete ao titular da Secretaria do Sistema de Controle Interno:

I - coordenar as atividades do Sistema de Controle Interno;

II - elaborar o Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno – PAACI para o exercício seguinte;

III - assinar o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal;

IV - elaborar o Relatório de Resultado de Atividades de Controle Interno.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

SEÇÃO I

DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

Art. 6º A Unidade de Controle Interno, no exercício de suas atribuições, deverá realizar atividades de controle interno com vistas a verificar a legalidade, a economicidade,



a legitimidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos, mediante os seguintes instrumentos:

- I - Auditorias Internas;**
- II - Levantamentos de controle interno;**
- III - Inspeções de controle interno;**
- IV - Acompanhamentos de controle interno;**
- V - Monitoramentos;**
- VI - Avaliações do Sistema de Controle Interno.**

§ 1º Auditoria interna é o instrumento utilizado para verificação da qualidade do Sistema de Controle Interno, ou seja, aferição, por meio de revisão e avaliação regular dos procedimentos de controle existentes nas atividades contábeis, financeiras, administrativas, operacionais e técnicas dos processos, visando, dentre outras finalidades:

- I - Examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão;**
- II - Exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial dos fatos e atos administrativos quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, razoabilidade e eficiência;**
- III - Avaliar a organização, eficiência e eficácia do controle interno;**
- IV - Avaliar o desempenho quanto aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos atos praticados;**
- V - Subsidiar a emissão de Parecer sobre as contas anuais prestadas pelo Presidente.**

§ 2º Levantamento de controle interno é o instrumento utilizado para:

- I - Conhecer a organização e o funcionamento dos processos, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;**
- II - Identificar objetos e instrumentos de controle interno;**
- III - Avaliar a viabilidade da realização de auditorias internas.**

§ 3º Inspeção de controle interno é o instrumento utilizado para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legitimidade, legalidade e regularidade de atos e fatos administrativos ligados à execução contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;

§ 4º Acompanhamento de controle interno é o instrumento utilizado para:



I - Examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

II - Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos processos, sistemas, programas, projetos e atividades, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

§ 5º O acompanhamento das atividades e atos de gestão será realizado mediante análise:

I - dos procedimentos licitatórios;

II - das aposentadorias e pensões;

III - das prestações de contas de adiantamentos;

IV - da execução orçamentária e financeira;

V - do relatório de gestão fiscal.

§ 6º Monitoramento é o instrumento utilizado para verificar o cumprimento das determinações exaradas pelo Presidente em decorrência de recomendações da Secretaria do Sistema de Controle Interno.

Art. 7º A Avaliação do Sistema de Controle Interno consiste em verificar se as atividades de controle em nível de atividades, processos ou operações específicos estão apropriadamente concebidos e se funcionam de forma eficaz, de maneira contínua e coerente.

§ 1º A Secretaria do Sistema de Controle realizará a avaliação do sistema de controle interno, de acordo com regras e cronograma previamente estabelecidos no Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno – PAACI.

§ 2º O relatório da avaliação será encaminhado aos responsáveis pelos processos avaliados para conhecimento, bem como para a apresentação de sugestões de melhorias. Finalizados os trabalhos, o relatório será encaminhado ao Presidente com sugestões de encaminhamento.

SEÇÃO II

DA MODELAGEM DE PROCESSOS

Art. 8º A Modelagem de Processos consiste em um conjunto de atividades que devem ser seguidas com o objetivo de permitir a criação de um ou mais modelos



para representação, comunicação, análise, desenho, síntese, tomada de decisão e controle de um negócio.

§ 1º A Secretaria do Sistema de Controle Interno coordenará os trabalhos de modelagem dos processo da área meio do TCE – MT e apoiará os responsáveis pelos processos na elaboração dos fluxos dos processos e dos Manuais de Normas e Processos, de acordo com o Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno – PAACI.

§ 2º Os Manuais de Normas e Processos serão encaminhados, em anexo, juntamente com a respectiva Instrução Normativa, para apreciação, à Consultoria Jurídica Geral e posteriormente ao Presidente do TCE – MT.

§ 3º O Secretário de Planejamento, Integração e Coordenação – SEPLAN dará o suporte estratégico e técnico à Secretaria do Sistema de Controle Interno, com o objetivo de coordenar as iniciativas de governança dos processos organizacionais, definindo as políticas de gestão por processo no âmbito do TCE – MT.

§ 4º A coordenação da modelagem dos processos da área finalística é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Integração e Coordenação do TCEMT.

CAPÍTULO V

DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (PAACI)

Art. 9º O Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno (PAACI) consiste no planejamento dos trabalhos que serão executados pela Secretaria do Sistema de Controle Interno durante o exercício. O plano deverá apresentar cronograma das atividades referentes às auditorias internas, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos, modelagem de processos e avaliação do Sistema de Controle Interno, de forma a adequar as demandas da área de controle à disponibilidade da força de trabalho existente.

§ 1º O Secretário do Sistema de Controle Interno deverá autuar, até 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, o Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno (PAACI) e encaminhá-lo ao Presidente para apreciação, deliberação e aprovação.

§ 2º Se o Presidente aprovar o PAACI, encaminhará o processo, ao Secretário do Sistema de Controle Interno para conhecimento e com a decisão de arquivamento.



§ 3º O Secretário do Sistema de Controle Interno tomará ciência da decisão e encaminhará o processo ao Serviço de Arquivo.

§ 4º A Secretaria do Sistema de Controle Interno poderá solicitar informações ao Ministério Público de Contas e às demais unidades da estrutura organizacional do TCE-MT com a finalidade de subsidiar a elaboração do Plano Anual de Atividades da Secretaria do Sistema de Controle Interno (PAACI).

CAPÍTULO VI

DO RELATÓRIO DE RESULTADO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

Art. 10. A Secretaria do Sistema de Controle Interno deverá elaborar Relatório de Resultado de Atividades de Controle Interno que discriminará as atividades executadas durante o exercício, bem como outros procedimentos voltados ao acompanhamento e à orientação da gestão. O Relatório deverá apresentar, ainda, justificativa para o eventual descumprimento do cronograma previsto no PAACI.

Parágrafo único. O Relatório de Resultado de Atividades de Controle Interno deverá ser encaminhado à Gerência de Protocolo, até 15 (quinze) de dezembro de cada ano para autuação. A Gerência de Protocolo formalizará o processo, em 1 (um) dia útil, e o remeterá à Presidência para conhecimento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 É vedada a participação de servidores, lotados na Secretaria do Sistema de Controle Interno, em comissões de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar e em comissões de Tomada de Contas Especial.

Art. 12 As atividades da Unidade de Controle Interno abordados nesta Resolução Normativa serão detalhados no Manual de Normas e Processos da Unidade.

Art. 13 Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, e revoga todas as disposições da Resolução Normativa 22/2015.



Processo 21.006-4/2016
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Regulamenta o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e revoga a Resolução Normativa nº 22/2015 - TP
Relator Nato Conselheiro Presidente ANTONIO JOAQUIM
Sessão de Julgamento 13-12-2016 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 38/2016 – TP

Participaram da deliberação os Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, WALDIR JÚLIO TEIS, DOMINGOS NETO, SÉRGIO RICARDO e MOISES MACIEL e o Conselheiro Substituto ISAIAS LOPES DA CUNHA, que estava substituindo o Conselheiro VALTER ALBANO.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de dezembro de 2016.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM
Presidente – Relator Nato

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador-geral de Contas